
A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS PELA MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL ARARA

THE FIGHT OF INDIGENOUS WOMEN FOR THE MAINTENANCE OF THE TRADITIONAL TERRITORY ARARA

Deborah Monteiro Santos¹
Maria das Graças Silva Nascimento Silva²

RESUMO: É sabido que os povos originários do Brasil têm uma dinâmica mais harmônica relacionada a seus territórios, em especial as mulheres indígenas. O corrente estudo objetivou analisar a relação entre as mulheres do povo Karo Rap (Arara), residentes na Terra Indígena (TI) Igarapé Lourdes, município de Ji-Paraná, Rondônia, e a equidade de gênero e etnoconservação de seus territórios. A TI vem, desde seu contato, tem sofrido diversos impactos ambientais. E há a cooptação dos homens indígenas para com que estes colaborem com as atividades ilegais dentro do território. Com a articulação destas mulheres junto a Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR) as mulheres do povo Arara passaram a sentir-se mais empoderadas e buscam se impor de modo efetivo dentro das reuniões nas comunidades, que culminou na expulsão de diversos invasores de suas aldeias.

Palavras-chave: Associativismo. Amazônia Legal. Ecofeminismo. Empoderamento feminino indígena.

ABSTRACT: It is known that the native peoples of Brazil have a more harmonic relationship with their territories, in special, the indigenous women. The current study aimed at evaluating the relationship among women of the Ameridian tribe Karo Rap (Arara), residents of the Indigenous Land Igarapé Lourdes, in the municipality of Ji-Paraná, Rondônia, and the gender equity and ethnoconservation of their territories. The IL has been suffering extensive environmental impacts since its first contact. Additionally,

1 Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas, Mestranda no programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGG da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GEPGENERO). E-mail: deborah.tcc7@gmail.com.

2 Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero. GEPGENERO. E-mail: gracinhageo@hotmail.com.

there is cooptation by indigenous men with illegal activities within the territory. With the articulation of these women along with the Association of Indigenous Warrior Women of Rondônia (AGIR), the women of the indigenous people Arara started to feel more empowered and sought to impose themselves in the meetings within the community, culminating in the expulsion of several invaders from their settlements.

Keywords: Associativism. Legal Amazon. Ecofeminism. Amerindian Feminine Empowerment.

INTRODUÇÃO

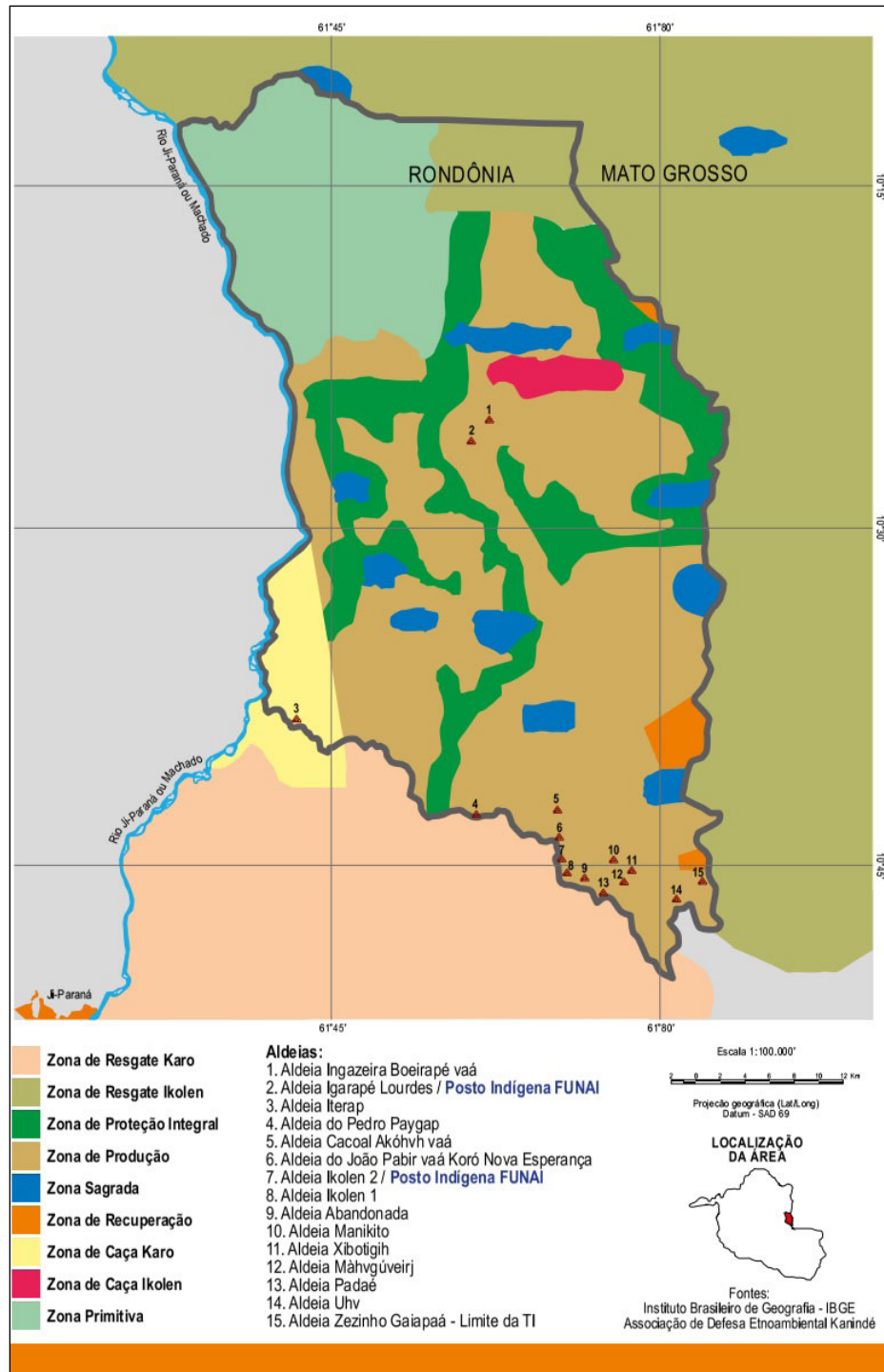
Desde a chegada dos colonizadores no Continente Americano os indígenas têm lutado contra os impactos ambientais, sociais e culturais provenientes deste contato. De acordo com o Atlas de Pressões e Ameaças em Terras Indígenas sofrem com um conjunto de situações que põem em risco a biodiversidade local e a vida nos territórios tradicionalmente utilizados por indígenas, ribeirinhos e quilombolas (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009).

Rondônia é um dos estados que encontra-se no interior do arco do desmatamento na Amazônia brasileira, e é configurada por regiões de expansão rodoviárias que fomentou a instalação da agropecuária e exploração intensiva de recursos naturais, o que tem resultado em impactos socioambientais alarmantes nos últimos anos. A TI Igarapé Lourdes uma das reservas que sofre grande pressão desta dinâmica de exploração de recursos.

Cabe apontar que dentre as invasões mais relatadas pelos indígenas da TI Igarapé Lourdes estão a presença constante de madeireiros e garimpeiros. Para as terras indígenas brasileiras, o ano de 2018 foi marcado por uma morosidade extrema dos governantes brasileiros no que tange as demarcações em terras indígenas. E também no que diz respeito ao controle das invasões nas áreas indígenas, as ações dos órgãos fiscalizatórios foram extremamente insuficientes. Houve com isto crescente no desmatamento, e também nos contatos violentos, o que culmina em assassinatos e suicídios de indígenas, o que evidencia assim “*o fracasso das políticas públicas e a sinalização por parte do governo de que a questão indígena não é demanda que preocupa o Estado*” (RANGEL, 2018, p. 13) (Grifos nossos).

A TI Igarapé Lourdes (Figura 1), está localizada no município rondoniense de Ji-Paraná, e faz fronteira a leste com o estado do Mato Grosso e a oeste com o Rio Machado (ou Ji-Paraná). Nesta localidade habitam dois povos: o povo Gavião, que se autodenominam Ikolen e o povo Arara, que auto epitetam-se Karo Rap (CARDOZO; VALE JUNIOR, 2012).

O povo Karo Rap, também conhecido por povo Arara, tem a região onde hoje está demarcada a TI Igarapé Lourdes como território tradicional há um tempo imemorial (Figura 1). Sabe-se que o contato com os não-indígenas e este povo ocorreu inicialmente por volta da década de 1920. Apenas na década de 1940 que o SPI (Serviço de Proteção do Índio) contactou os Arara. O relacionamento com o não-indígena foi extremamente nocivo ao povo Karo. Centenas de indígenas morreram principalmente em decorrência a pneumonia, gripe e sarampo transmitida por não indígenas, e os que restaram foram trabalhar nos seringais das redondezas. Na década de 1960 os Arara passaram a residir junto ao povo Ikolen, e após desentendimentos com este povo, os Karo Rap passaram e fundaram a aldeia Iterap, que está situada próximo ao Igarapé Prainha, afluente do Rio Machado. O dano imaterial deste contato fez com que hoje tivéssemos pouco conhecimento a respeito de sua cosmovisão, sendo a língua e o artesanato traços culturais fortemente preservados (ISA, 2018 [2004]; CARDOZO; VALE JUNIOR, 2012).



Fonte: Kanindé, 2012 (apud CARDOSO; VALE JUNIOR, 2012).

Figura 1. Etnozoneamento e Localização da TI Igarapé Lourdes.

De acordo com o levantamento realizado pelo Diagnóstico etnoambiental participativo, etnozoneamento e plano de gestão Terra Indígena Igarapé Lourdes, até 2012 viviam na TI 208 pessoas do povo Karo Rap, nas aldeias Iterap e Paygap (Figura 1), todos falantes do tronco linguístico Tupi Rama Rama (CARDOSO; VALE JUNIOR, 2012).

Pouco se fala a respeito do aspecto organizacional da mulher indígena brasileira, o senso comum nos leva a entender que esta mulher ocupa apenas o âmbito privado, que não faz política ou molda seus territórios. Cabe apontar que as organizações de mulheres indígenas são relativamente recentes, quando as primeiras surgiram por volta do fim da década de 1980 e início de 1990. Apenas em 2015 surgiu a primeira associação exclusivamente para mulheres indígenas rondonienses, a AGIR — Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia (PAULA, 2008; MATOS, 2012; NASCIMENTO SILVA; ALVES, 2017).

Pensamos que os estudos de gênero têm o potencial de negritar aspectos da paisagem social amazônica historicamente não examinados. Estes estudos também são capazes de revelar vozes femininas que podem ter sido ouvidas no passado. Assim, “torna-se cada vez mais aparente a necessidade de voltar a atenção de forma sistemática para a parte feminina da população ameríndia: suas experiências, seus discursos, seu lugar nessas sociedades” (LASMAR, 1999, p. 148), neste sentido, faz-se fundamental compreender o protagonismo da mulher indígena. O presente artigo busca analisar a dinâmica das mulheres Karo Rap com relação a conservação de seu território tradicional.

O MÉTODO E AS METODOLOGIAS

Entendemos a pesquisa científica como uma estrada com inúmeras bifurcações, o método é, para Marradi (2002), inicialmente, uma escolha. Pois este tem por função nortear o caminho o qual o pesquisador percorrerá. A escolha do método é, sobretudo, fruto da visão de mundo do cientista, de suas experiências e do modo como deseja abordar o fenômeno estudado, e deve essencialmente ajustar-se ao fenômeno (NASCIMENTO SILVA; ALVES, 2017).

Para esta pesquisa adotamos o método fenomenológico, porque, ele tem se mostrado capaz de expor dentro da Ciência Geográfica como se dá a experiência humana no espaço. A abordagem fenomenológica nos permite, através da interação entre sujeito e objeto, que passa para o além do possível ao fundamental e enriquece a percepção dos fatos, ter um tratamento subjetivo, e a criação de uma postura filosófica diante dos fenômenos estudados (NASCIMENTO SILVA; ALVES, 2017).

A pesquisa de campo desenvolveu-se em quatro etapas: (1) a reflexão teórica metodológica, que é fundamental à otimização desta pesquisa; (2) a relação com entidades indígenas e indigenistas que está sendo construída desde junho de 2016 (anterior a pesquisa); (3) a pesquisa participante junto as mulheres indígenas; (4) interpretação dos dados coletados por meio da metodologia DSC- Discurso do Sujeito Coletivo.

A Pesquisa Participante

O campo de pesquisa deste estudo ocorreu entre os dias 31 de agosto e 05 de setembro de 2019, na TI Rio Branco, aldeia Jatobá, município de Alta Floresta d'Oeste, estado de Rondônia. Durante a IV Assembleia Ordinária da Associação de Guerreiras Indígenas e Rondônia (AGIR), que além de realizar a pesquisa contribuimos de maneira voluntária para a realização do evento. Caracteriza-se neste estudo a qualidade de pesquisa participante, compreendido por Silva (2010).

Este trabalho configura-se como um recorte de uma pesquisa maior que visa entender a relação das dos 52 povos indígenas associativadas à AGIR e sua relação com seus territórios. Neste recorte focaremos apenas nas mulheres Karo Rap.

A dinâmica da pesquisa foi realizada mediante a roda de conversas com as mulheres para entender a relação destas com relação a sua representatividade dentro do território; as violências sofridas em seu território; quais as invasões mais frequentes na sua TI; quais as urgências e demandas mais relevantes da sua TI. O universo amostral desta pesquisa foi de 9 mulheres consideradas lideranças nas diversas aldeias que compõe a TI Igarapé Lourdes.

Discurso do sujeito coletivo

Como metodologia de análise dos dados obtidos utilizamos a análise do discurso do sujeito coletivo (DSC), visto que, compreendemos que este é capaz de sistematizar através de falas individuais um discurso que é coletivo aos sujeitos da pesquisa (LEFÈVRE; LEFÈVRE; MARQUES, 2009; LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012). Assim, sistematizamos as falas das mulheres Arara participantes das rodas de conversas que ocorreram durante a assembleia da AGIR. As rodas de conversa foram gravadas em formato de áudio e vídeo para que se otimizasse o tempo das dinâmicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Consideramos que há pouca literatura a respeito do Povo Arara, e conseqüentemente, não há registros sobre as lideranças femininas. Não podemos afirmar que elas nunca estiveram à frente das tomadas de decisões do seu povo, porque não houve esse registro mais aprofundado durante o contato. Visto que o contato foi feito de modo violento por parte do não-indígena e também extremamente nocivo para este povo. Outro grande problema desta proximidade com o não-indígena foi o estabelecimento da lógica capitalista e patriarcal dentro das comunidades, o que fez com que a heteronormatividade e o machismo se tornassem presentes (BRAYBOY, 2017). O que torna o pensamento ocidental predominante aquele no qual delegava ao homem, branco, heterossexual e cis-gênero, o domínio sobre a natureza e os demais seres vivos devendo estes suprir as necessidades e desejos do ser humano (DIEGUES, 2000). Matos (2012) aponta que as mulheres indígenas não estiveram em nenhum momento totalmente excluídas dos espaços etnopolíticos, sejam estas interações entre outros grupos étnicos ou agentes não indígenas em contato.

Durante as rodas de conversa as mulheres frisaram a importância da AGIR no que tange ao empoderamento das mulheres. Muitas falavam que não tinham local de fala, ou não se sentiam seguras o suficiente para falar durante as reuniões dentro das aldeias. As mulheres Karo Rap, em especial Jane Arara e Shirlei Arara que fazem parte da diretoria da AGIR, moradoras respectivamente das aldeias Iterap e Paygap.

Jane apontou que faz parte da AGIR desde sua criação no ano de 2015, e que com os conhecimentos adquiridos durante os cursos, formações e assembleias realizadas pela AGIR ela se sente mais forte empoderada. Foi a partir destas reuniões e da necessidade de expulsar os invasores do seu território, em especial os garimpeiros, que assolavam a região da aldeia Iterap. As mulheres Arara que participaram da pesquisa afirmam que através da mobilização realizada por Jane junto à comunidade, os moradores expulsaram os garimpeiros da região há alguns anos. Para Shirlei, nas próximas eleições para cacique da aldeia Iterap Jane possivelmente será eleita cacica devido ao grande prestígio que conquistou junto à comunidade. Nos últimos anos as mulheres Karo Rap têm conquistado posições de liderança dentro da TI Igarapé Lourdes, Shirlei Arara e Jane Arara são exemplos de força e liderança.

A luta destas mulheres retifica o que chamamos de ecofeminismo. Este pode ser definido como uma escola de pensamento busca fazer uma conexão entre a opressão sofrida pela mulher e pela natureza no sistema patriarcal e capitalista aos quais as mulheres e o meio ambiente estão sujeitos. E visa a elaboração de estratégias para “*libertar e curar esses domínios interconectados através de uma melhor compreensão de sua etnologia e aplicação*” (RUETHER, 2000, p. 22)³ (grifos nossos). Este movimento tem orientado feministas ambientalista desde a década de 1970, mesmo que sejam poucas os movimentos sociais que façam esta ligação (GARCIA, 2009; RUETHER, 2000).

As pautas das mulheres indígenas em muito se correlacionam ao ecofeminismo pois este movimento de ecologia profunda liga a humanidade e a natureza. De acordo com Ruether (2000), o sistema de dominação moldado pelo patriarcado e pelo capitalismo, desassociaram o homem da natureza. Ao torná-la feminina esta deve ser dominada e servir aos homens. Este sistema de dominação molda no tecido social concepção de um Deus-Homem que concede aos indivíduos do gênero masculino o poder que valida esta dominação. Completamente diferente da cosmovisão indígena a respeito da relação com a natureza. Como observamos durante as rodas de conversa, estas mulheres afirmam ter uma relação mais harmônica com a natureza. As indígenas pensam no território para esta e para as gerações futuras.

É preciso entender que o “padrão corrente de desenvolvimento não é nem sustentável, nem igualitário” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005, p. 37). Isto implica na necessidade de um enfoque de gênero para tratar as questões ambientais. Enfoque este que deve ser centrado na incorporação de ações de mulheres e homens nas políticas e programas ambientais que trabalham na elaboração de uma perspectiva de gênero que estabelecesse políticas sociais mais justas e equitativas. Pois, “o desenvolvimento será sustentável e equitativo quando homens e mulheres participarem de forma mais igualitária, em todos os níveis, do processo de tomada de decisões” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005, p. 38), em parte é este o foco das mulheres que participam da AGIR.

Estas relações de gênero e ecologia humana corroboram com as noções de sustentabilidade propostas na ECO-92, e na construção da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu Objetivo 5, a Agenda 2030, aponta a necessidade de empoderar todas as mulheres e meninas. Este documento ressalta a necessidade da equidade de gênero para o desenvolvimento sustentável e a importância da construção do empoderamento feminino. Assim faz-se basilar que estas mulheres adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento e a gestão de suas terras. Cabe ao governo ofertar condições que possibilitem as mulheres e meninas desenvolverem seus potenciais e construir um mundo equitativo (ONU, 2016).

É fundamental destacar que a noção de gênero e os povos indígenas põem em discussão a relação entre as mulheres indígena e a sociedade não indígena, em um meio que engloba desde a sociedade civil até as instituições governamentais. “A construção das identidades das mulheres indígenas as coloca na posição de ter que preservar os valores tradicionais e afirmar sua tradição étnica, ao mesmo tempo em que têm de lutar contra as desigualdades específicas de seu gênero”. Isto implica em um feminismo feito por estas mulheres que vai além das questões de gênero (SACCHI; GRAMKOW, 2012, p. 18).

Em diversas ocasiões mulheres entram no feminismo, na política e no ativismo sobretudo como mulheres e mães. Visto que de maneira direta são responsáveis pela educação e criação dos mais jovens, e diversas vezes pelo bem estar e segurança das pessoas anciãs. Com isto, suas pautas tendem busca pelo bem estar coletivo e uma seguridade

socioeconômica, de um modo sustentável. “Sua ‘igualdade’ política é conquistada quando podem preservar sua identidade feminina tradicional, priorizando, em seu trabalho, o bem comunitário” (SACCHI; GRAMKOW, 2012, p. 19) (Grifos nossos).

As falas das mulheres Arara em muito vão de encontro ao que Matos (2012) nos mostra com relação as mulheres Sateré-Mawé, que as mulheres indígenas não estiveram em nenhum momento excluídas dos espaços etnopolíticos, seja nas interações entre seu grupo, outros grupos ou agentes não indígenas em contato. Se torna ilusório pensar que a participação política destas mulheres é recente. Na cultura Sateré-Mawé, por exemplo, como papel de protagonista no espaço de poder e criação ao longo das cerimônias ritualísticas (MATOS, 2012). Ou em relações de disputas socioterritoriais, como no caso da etnopolítica Kaingang (ROCHA, 2012). Outro ponto que este estudo vem confirmar é a relevância dos espaços de diálogo feito por mulheres e para mulheres indígenas, o qual discutiremos mais adiante.

É impossível deixar de correlacionar também a luta das mulheres indígenas a luta das mulheres negras quando falamos em feminismo interseccional, feminismo proposto e discutido por diversas estudiosas como Crenshaw, Mccall, Butler nos dizem que devemos olhar além de gênero, mas também para classe e raça como fatores de opressão para as mulheres (DAVIS, 2016 [1982]). Assim, para além de raça e classes sociais, as indígenas expõem que o feminismo tem que abarcar as questões tradicionais-culturais, as questões ambientais e etnopolíticas.

“O invasor é a pior violência”

O tema da violência nas terras indígenas foi abordado especificamente durante as rodas de conversa realizadas no dia 03 de setembro de 2019, por ocasião da realização da V Assembleia da AGIR. A questão central foi investigar quais os tipos de violência de gênero ocorriam com mais frequência dentro das terras indígenas. A sistematização foi feita mediante a três perguntas: “Quais as violências as mulheres da sua terra indígena sofrem? Qual a pior forma de violência (a mais grave)? Como vocês mulheres podem fazer para acabar com essa violência?”. A elas foi dado um prazo de 20 minutos para que discutissem a problemática da TI (Figura 2).

As mulheres Karo Rap relataram as violências em muito estão ligadas a hábitos distantes da vida tradicional do povo Arara e muitos ligados ao contato com o não-indígena. Ao invadir o território, os garimpeiros e madeireiros, introduziram o alcoolismo e a prostituição. De modo geral, a luta destas mulheres pode ser caracterizada como “contra o invasor”, que geralmente são garimpeiros, madeireiros e grileiros. Shirlei Arara aponta que os invasores “destroem nossas florestas e rios sem pensar que é de onde tiramos nossa comida e material para artesanato, sem contar que levam bebidas e drogas para as terras indígenas”, o que gera um efeito em cascata que culmina em estupros e violência doméstica. Assim, podemos dizer que a pior violência caracterizada por elas é a presença do invasor.



Fonte: Acervo AGIR, 2019

Figura 2. Grupo de mulheres Karo Rap discutindo a problemática de violência da Terra Indígena Igarapé Lourdes, na IV Assembleia Ordinária da AGIR, 03 de set. de 2019, TI Rio Branco, Aldeia Jatobá, Alta Floresta d'Oeste - RO.

O tema central da Marcha das Mulheres Indígenas do ano de 2019 foi “Território: Nosso Corpo e Nosso Espírito”, onde o território é uma parte integrante do corpo dessas populações podemos entender a importância da terra para os Arara. Ao usurpar o território o não-indígena invade o corpo destas mulheres. Porque o território, o corpo e o espírito são indissociáveis. “*O território é tudo para o nosso povo, ele nos dá vida. A terra é como se fosse nossa mãe, e o rio é nosso pai, eles nos dão a vida*” é a frase que marca o encontro com as mulheres Karo Rap.

Por fim, para estas mulheres o único meio de acabar com as violências de gênero contra seu povo e seus territórios seria a expulsão dos invasores de seus territórios e o resgate cultural de suas ancestralidades. O segundo ponto elencado por elas é a união entre as mulheres, o que podemos chamar de Sororidade. Com isto podem quebrar o outro ponto que consideram fundamental: a quebra do machismo sistemático dos homens indígenas com relação as mulheres. Para elas educar os homens sobre os conceitos de equidade de gênero e feminismo são as ferramentas que resolveriam, em grande parte, estas violências.

A relevância da AGIR como espaço de diálogo

Quando observamos uma das produções mais clássicas sobre feminismo Séc. XX, os volumes I e II d'O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir, observamos que o sistema patriarcal ao confinar a mulher à esfera doméstica, e ao cotar sua da relação com outras mulheres, sendo assim encarcerada ao âmbito privado sem contato com outras mulheres e uma rede de apoio está em uma relação de vulnerabilidade social e material (BEAUVOIR, [1949], 2014).

Assim, os coletivos femininos agem como “máquinas produtoras de muitos fios em permanente tecimentos de lutas, de percepções, de territorialidades que reivindicam reformulações, reexames, esquadrinhamentos, desmantelamentos e rupturas no prédio conceitual onde mora a matriz do pensamento feminista”, isto finda e discursos que se disseminam, que pregam e proporcionam mudanças estruturais (VIEIRA, 2017, p. 28).

É importante pontuar o papel e a relevância da AGIR no processo de emancipação e empoderamento da mulher indígena em Rondônia. Criada em 2015, durante o I Encontro de Mulheres Indígenas, com o apoio das associações Metareilá e Kanindé. A AGIR tem como seus principais objetivos o empoderamento e a capacitação das mulheres indígenas através do conhecimento dos seus lugares de direito, dentro e fora das terras indígenas, bem como inseri-las nas políticas públicas, na gestão de seus territórios, na educação, na saúde da mulher, alimentação tradicional e produção. Se configurou então como primeira associação exclusivamente de mulheres indígenas do Estado de Rondônia

Para Ivaneide Bandeira Cardozo, ex-Coordenadora Geral da Kanindé, a AGIR surge no momento em que as mulheres notaram que o movimento indígena não abria espaços para as mulheres. E mesmo que já existisse certa articulação entre elas, isso demonstrou uma necessidade de maior organização destas mulheres, para que enfim possam de fato ser ouvidas e seus direitos serem promovidos.

Dentre os muitos desafios que a organização de mulheres de Rondônia encontra-se a resistência dos companheiros quanto a participação das mulheres na AGIR, conforme Maria Leonice Tupari, em entrevista concedida à Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva, docente do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia.

Os homens precisam dessa conversa para saber da importância e da necessidade dos projetos das mulheres. Levar essa reflexão a estes homens não é tarefa fácil, pois o homem indígena não tem a vivência em sua cultura, da mulher que sair de casa para se tornar uma liderança, de estudar, de se profissionalizar, de se empoderar. Permitir essa abertura para as mulheres é difícil para uma organização cultural onde o machismo ainda impera, em sua forma simbólica e cotidiana em seus costumes, onde é trabalho da mulher cuidar da casa, dos filhos, do lar, de quando sair ter obrigação de levar os filhos. Também, a falta do próprio conhecimento delas a esse respeito, de poder participar, saber que são capazes de liderar, de adquirir novos conhecimentos. Por isso, muitas resistem e não querem essa mudança pelo fato de não conhecer, de não saber, não ter esclarecimento. Essa é uma das grandes dificuldades na questão do empoderamento.

Pouco a pouco estas mulheres têm quebrado estas barreiras impostas por seus próprios companheiros. Ir as assembleias anuais e realizar os cursos que são promovidos ao longo do ano dão suporte a estas mulheres para que possam falar sobre seus problemas, propor soluções e empoderar umas às outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, consideramos que o território tem uma ligação espiritual com as mulheres Arara, pois muito diz a respeito da cosmovisão deste povo, “o território é tudo

para o nosso povo”, isto o liga ao corpo destas mulheres. Quando o território é afetado, elas também são atingidas de maneira direta.

Consideramos que a AGIR tem se tornado um espaço fundamental onde estas mulheres podem falar sobre suas mazelas, propor soluções para suas demandas, cumprem assim seu objetivo central de empoderar as mulheres. Ao passo que se empoderam, criam meios de articularem-se com suas comunidades, mitigam os impactos causados por homens cooptados pela lógica capitalista e patriarcal, oriundas do homem não-indígena que busca usurpar e dominar a natureza. Visto que estas mulheres têm uma visão diferenciada da natureza, respeitam-na, tratam-na harmonicamente, de acordo com as ideias centrais do ecofeminismo.

Por fim, consideramos que é imprescindível a ampliação do conhecimento a respeito do aspecto organizacional das mulheres indígenas.

NOTA

3 Tradução literal de: “to liberate or heal these interconnected dominations by better understanding of their aetiology and enforcement.”

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014 [1949].
- BRAYBOY, D. Two spirits, one heart, five genders. **Indian Contry Today**, 2017. Disponível em: <https://newsmaven.io/indiancountrytoday/archive/two-spirits-one-heart-five-genders9UHxnbFV EWQHWkjNn0rQQ/>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira**. Brasília: ISA, 2009.
- CARDOZO, I. B.; VALE JÚNIOR, I. C. (Org.). **Diagnóstico etnoambiental participativo, etnozoneamento e plano de gestão Terra Indígena Igarapé Lourdes**. Porto Velho: Kanindé, 2012. v. 1.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000112083>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016 [1982].
- DIEGUES, A. C. S. A Etnoconservação da natureza. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB, 2000.
- GARCIA, L. A relação mulher e natureza: laços e nós enredados na teia da vida. **Revista Gaia Scientia**, v. 3, n. 1, p. 11-16, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/3338/2739>. Acesso em: 10 maio 2020.
- ISA. Karo. **Povos Indígenas no Brasil**. 2018 [2004]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karo#Nome>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- LASMAR, C. Mulheres indígenas: representações. **Estudos feministas**, v. 7, n. 1/ 2, 1999, número duplo - Dossiê Mulheres Indígenas. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989/11264>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo: metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. In: LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. (orgs). **Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo: metodologia do discurso do sujeito coletivo**. 2012.

- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C.; MARQUES, M.C. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1193-1204, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v14n4/a20v14n4.pdf>. Acesso em :11 nov. 2019.
- MARRADI, A. Método como arte. **Papers** 67, p. 107-127, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/39002271.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- MATOS, M.H.O. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Â.; GRAMKOW, M.M. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.
- NASCIMENTO SILVA, M.G.S.; ALVES, H.V.S. **Relatório análise de gênero na Terra Indígena Rio Guaporé**. Porto Velho: KANINDÉ, 2017. 158 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Glossário de termos do objetivo de desenvolvimento sustentável 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasil: 2016. Disponível: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- PAULA, L.R. A organização institucional do Movimento das Mulheres Indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar. In: VERDUM, R. (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Inesc, 2008.
- RANGEL, L.H. (Org). **Relatório da violência contra povos indígenas no Brasil: dados de 2018**. Brasília: CIMI, 2018.
- ROCHA, C.C. Agência feminina na sociopolítica Kaingang. In: SACCHI, Â.; GRAMKOW, M.M. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”**. Rio de Janeiro: Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.
- RUETHER, R.R. Ecofeminism: the challenge to theology. In: HESSEL, D.; RUETHER, R.R. (eds.). **Christianity and ecology: Seeking the well-being of Earth and humans**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000, p. 97-112.
- SACCHI, Â.; GRAMKOW, M.M. Introdução. In: SACCHI, Â. GRAMKOW, M.M. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”**. - Rio de Janeiro: Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.
- SILVA, A. **Territorialidades e identidade do coletivo Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (Reencontro) dos “Marcadores Territoriais”**. Tese (Doutorado em Geografia) - PPGG/UFPR, Curitiba, 2010.
- VIEIRA, I.M.C. *et al.* **Lugar de mulher: a participação da Indígena nos Movimentos Feministas e Indígenas do Estado do Amazonas**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: PPGSCA/UFAM, 2017. 221 f. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6036>. Acesso em: 11 nov. 2019.